

Ecologização de megaprojetos hídricos: o caso da transposição do Rio São Francisco

Ecologization of Hydrological Megaprojects: the Case of the Brazilian São Francisco River Diversion Project

J.I.A.O. Silva

Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido. Sumé, Paraíba, Brasil. irivaldos@uol.com.br

Resumen — La problemática ambiental ha sido incorporada en muchas políticas públicas en Brasil, que van desde acciones directas de protección ambiental hasta iniciativas que buscan promover/inducir el desarrollo. Así pues, hemos elegido la transposición del Río São Francisco en Brasil como caso emblemático de la dicotomía entre desarrollo y medio ambiente. De esta manera, el objetivo ha sido tratar de entender cuál es la posición del medio ambiente en este megaproyecto. Parte del presupuesto que la amplitud, variabilidad y multiplicidad de sentidos asociados a la problemática ambiental resultan de disputas discursivas y políticas acerca de las estrategias de conservación de la naturaleza y de los instrumentos económicos e institucionales adecuados para tratar lo que se ha definido como crisis ambiental en el cuadro de las sociedades capitalistas avanzadas. De ese modo, se han utilizado los documentos oficiales relacionados con el Proyecto de Integración del Río San Francisco con Cuencas del Nordeste Septentrional (PISF) y con el Programa de Revitalización de la Cuenca Hidrográfica del San Francisco (PRSF), además de otros documentos que fundamentan una política de desarrollo para la región del semiárido nordestino, declaraciones de líderes de los movimientos sociales y de otros actores que destacan en el debate sobre la transposición del río San Francisco. Se trató de percibir los significados que la cuestión ambiental toma al ser incorporada en el PISF y PRSF, así como la disputa simbólica entre los actores involucrados en la transposición y revitalización. Las evidencias traen por lo menos dos formas de pensar la dinámica de incorporación de la cuestión ambiental en las acciones estatales: una “ecológica”, volcada hacia la recuperación del río y el mantenimiento de una dinámica de subsistencia, y otra “económica”, con un conjunto de acciones de renovación del río, posibilitando un manejo o uso racional de los recursos. En ese contexto, parece que predomina una noción de uso racional de los recursos.

Abstract — *Environmental issues have found their way into several public policy decisions in Brazil, ranging from direct action environmental protection to initiatives that seek to promote/induce development. Therefore, the diverting of the São Francisco River in Brazil was chosen as an emblematic case of the dichotomy between development and environment. Thus, we aim to understand the role played by the environment in this megaproject. Our assumption is that the amplitude, variability and multiplicity of meanings associated with environmental problems arise from discursive and political disputes about strategies of nature conservation and appropriate economic and institutional instruments to deal with what has been defined as an environmental crisis in the context of advanced capitalist societies. Therefore we have tapped official documents related to the Project for Integrating the São Francisco River with the Water Drainage Basins of Northeastern Brazil (PISF), and the São Francisco River Revitalization Program (PRSF), along with other documents underscoring a development policy for the northeastern semiarid region, testimonials from leaders of social movements, and from other actors, that stand out in the debate on diverting and integrating the São Francisco River. The research strives to identify the significance given to environmental issues when incorporated into the PISF and PRSF, as well as the implied clashes between actors involved in the rechanneling and revitalization process. The findings point towards at least two ways of thinking about the dynamics of incorporating environmental issues in such state actions: one is “ecological”, aimed at fostering the recovery of the river and the maintenance of a dynamic of subsistence and the other “economic”, with a set of actions designed to renew the river, allowing for the management and rational use of its resources. In this context, a notion supporting the rational utilization of resources seems to prevail.*

Palabras clave: conflicto ambiental, revitalización, transposición, megaproyectos, integración

Keywords: environmental dispute, revitalization, river rerouting or rechanneling, megaprojects, integration

Información Artículo: Recibido: 29 agosto 2013

Revisado: 5 noviembre 2013

Aceptado: 13 diciembre 2013

INTRODUÇÃO

A problemática ambiental tem sido diferencialmente incorporada em diversas políticas públicas no Brasil, políticas que vão desde ações diretas de proteção ambiental realizadas pelo poder público (conservação de ecossistemas, criação de unidades de conservação, combate à desertificação, entre outras) até iniciativas que buscam promover/induzir o desenvolvimento¹. A pesquisa sociológica tem se interessado crescentemente pelas formas discursivas e práticas que retratam a “questão ambiental” e as escolhas políticas tomadas a partir de um referencial “ecologizado”².

A problemática ambiental ganha relevância enquanto questão social num quadro marcado por: a) crescimento da importância institucional do meio ambiente³ entre os anos de 1970 e o final do séc. XX; b) recrudescimento dos conflitos referentes ao acesso e uso de recursos naturais e de seus efeitos na adoção de novas práticas de gestão ambiental; e c) centralidade da questão ambiental como nova frente de legitimidade e de argumentação nos conflitos sociais⁴. Nessa medida, a proteção do meio ambiente, ou dos recursos naturais, emerge como um dos principais norteadores de novos códigos de conduta individual e coletiva, associada à defesa crescente da necessidade de participação da sociedade civil na formulação de políticas públicas e em ações de monitoramento da ação do poder público⁵.

O meio ambiente está presente na agenda pública internacional e nacional, transformada numa problemática, representando questões que afligem a humanidade, como o consumismo, a produção de resíduos sólidos, o aumento da poluição, num processo de ressignificação da própria natureza. Demonstrar a constituição histórica desta agenda e a institucionalização da problemática ambiental servirá para desconstruir algumas idéias naturalizantes de categorias recentes como a do “desenvolvimento sustentável”.

Ao longo do tempo, a problemática ambiental tem sido inventada e reinventada⁶. Em meados do século XX, o meio ambiente não tinha o apelo que possui nos dias atuais, nem na mídia, nem na academia, nem junto aos movimentos sociais, nem junto às empresas e grandes corporações, nem junto ao legislativo, nem junto aos governos, nem junto ao Banco Mundial. A partir da década de 1970, intensificam-se os esforços, tanto no meio acadêmico quanto pela constituição de movimentos sociais com plataforma ambiental, de construção de um novo problema: a questão ambiental. Surge muito mais como uma questão vinculada aos países que tinham alcançado um nível elevado de industrialização, ainda que desde o princípio estivesse também associado à temática da pobreza⁷.

Segundo Lopes⁸, surge uma nova questão social, portanto, uma nova questão pública, a partir dos países desenvolvidos, extremamente industrializados, com os casos de poluição da atmosfera, bem como relacionados com a produção de acidentes industriais ampliados, de grandes riscos e de sua internacionalização. Há uma mudança de rumo no tratamento de uma problemática ambiental, e sua própria ressignificação, a partir da noção de finitude dos recursos naturais⁹ até a aceitação de que o pensamento acerca dos estoques de recursos naturais do planeta havia mudado, o que demandava muito mais do que a reversão na “postura” de certos indivíduos, grupos e instituições, mas a adoção de políticas contra hegemônicas, ou seja, que modifiquem a lógica consumista e exploratória do capitalismo em sua essência.

Há um processo de ecologização, que se trata da incorporação de elementos ambientalizados¹⁰ através da criação de uma estrutura voltada para o tratamento de assuntos relacionados à preservação dos recursos naturais. Sendo assim, pode-se afirmar que a partir da década de 1970, no mundo e também no Brasil, começa-se a traçar as linhas para um debate ambiental moderno, que lançava mão de conceitos que propunham a desconstrução do modelo de desenvolvimento, norteado por uma agenda construída pelo movimento ambiental. Essa agenda questionava o crescimento desmedido, que trazia danos à sociedade e lucro para alguns¹¹. Depois, na década de 1990, passou-se a um movimento de conciliação entre desenvolvimento econômico e preservação ambiental¹².

No caso do Brasil, a questão ambiental, na verdade, só veio ganhar destaque nos aparelhos e instituições ligadas ao Estado (poder executivo, judiciário e legislativo) entre os anos de 1989 e 1992 a reboque da discussão internacional, mas ainda dando ênfase ao meio ambiente como um problema global e não local, apesar da institucionalização através de uma lei que instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente¹³ e da ampliação da institucionalização na Constituição de 1988. Após a Eco-92, conferência da ONU sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1992, houve uma tentativa de aproximar mais esses problemas classificados como ambientais da sociedade, através de uma midiáticação da crise ambiental e suas soluções; porém, com o reforço da institucionalização através da ecologização de projetos e ações estatais, os atores participantes dos movimentos ambientalistas foram se convencendo, também, da importância de uma maior atuação na esfera local¹⁴.

Nesse diapasão, como parte desse processo de institucionalização, pode-se verificar sistematicamente a formulação de normas jurídicas e políticas específicas que agregam elementos que compõem o ideário de uma questão ambiental, o que vem se consolidando, principalmente no último meio século, como estratégia racional de gestão ambiental, implicando o reordenamento

1 Aqui compreendido como um projeto de modernização, de superação de um suposto atraso.

2 Chamamos dessa forma elementos ambientais que são incorporados na formulação de políticas, bem como em megaprojetos, cuja finalidade maior é o uso racional de recursos naturais.

3 Nesse artigo leia-se “meio ambiente” como “recursos naturais”.

4 Lopes, 2006.

5 Ferreira, 2000.

6 Lopes, 2004.

7 Alier, 2007.

8 Lopes, 2006.

9 Porto-Gonçalves, 2006; Pádua, 2009; Silva, 2010.

10 Podendo estar representado numa mudança institucional.

11 Dupuy, 1980.

12 Leis, 1999.

13 Lei n.º 6.938/81 - Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.

14 Ferreira, 2003.

espacial, bem como novas formas de regulação do uso e acesso aos recursos naturais, como exemplo de uma política ambiental. O que buscamos analisar nesse artigo é um processo mais intensificado que chamamos de “ecologização” dos projetos e ações do estado, que se trata justamente de incorporar um discurso de mudança ambiental a partir de elementos que se apresentam atualmente, através do estudo de caso do Programa de Revitalização da Bacia do São Francisco (PRSF) e sua inserção no Programa de Integração do Rio São Francisco com Bacias do Nordeste Setentrional (PISF), buscando compreender como se dá a dinâmica de inserção da questão ambiental nesse megaprojeto, em boa parte problematizando justamente os possíveis impactos ambientais, conflitos e como se desenha o quadro discursivo do projeto.

Escolheu-se como universo empírico desse artigo os mecanismos institucionais relacionados à questão ambiental no quadro do Projeto de Transposição (Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias do Nordeste Setentrional) da Bacia do Rio São Francisco e do Programa de Revitalização do Rio São Francisco (PRSF), destacando o programa de revitalização por ser o braço ambiental no interior dessa mega obra de infraestrutura hídrica. Atualmente, a transposição do São Francisco¹⁵ é uma das maiores obras de infraestrutura realizada no país, sendo a maior obra de infraestrutura proposta pelo poder público para o semiárido brasileiro, comparando-se à obra da hidrelétrica de Belo Monte em termos de controvérsias e mobilização contrária à sua execução, principalmente em torno da temática ambiental. Daí a conveniência do presente artigo em verificar como a questão ambiental é inserida nesse grande projeto de infraestrutura hídrica no Nordeste, em meio às posições favoráveis e contrárias.

O trabalho teve como foco a análise de documentos oficiais que revelaram a institucionalização da questão ambiental na obra de transposição do Rio São Francisco. Um documento importante neste sentido foi o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), uma vez que se trata de peça que fundamentou a autorização da obra pelo órgão ambiental, tratando-se de um estudo sobre a viabilidade e compensações necessárias quanto a execução do projeto de Integração (PISF). Foram fundamentais também para a pesquisa os documentos relativos ao Programa de Revitalização do Rio São Francisco e os programas que compõem o Projeto Básico Ambiental (PBA), que devem promover a interligação da transposição com a questão ambiental, uma vez que até então nada havia acerca da temática incorporada ao projeto de transferência de águas. A revitalização é apresentada pelo governo federal como um conjunto de projetos e ações para promover o desenvolvimento sustentável, recuperar fauna e flora, bem como diminuir os potenciais prejuízos que o projeto de integração venha acarretar.

Outro documento importante é o Relatório Final de Acompanhamento do Projeto de Revitalização do São Francisco, do Senado Federal, em que a preocupação com a dimensão política do processo de recuperação ambiental do manancial é ressaltada. Incluíram-se na análise ainda: a) o documento legal que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), criando um Siste-

ma Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, por se tratar de marco legal que institucionaliza uma gestão dos recursos hídricos entre poder público e sociedade; b) o Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste, por ser um documento que expõe as diretrizes governamentais para o desenvolvimento na região nordeste; c) o Plano Decenal da Bacia do São Francisco, por ser um instrumento de planejamento para os diversos projetos e programas desenvolvidos ao longo da Bacia do São Francisco; d) o documento que institui o Programa de Desenvolvimento Integrado Sustentável do Semiárido - CONVIVER, por pretender contribuir com a sustentabilidade de atividades econômicas para a inserção produtiva da população a partir de ações de desenvolvimento regional que visam à dinamização de arranjos, setores e cadeias produtivas regionais, articuladas com as ações de implantação de infra-estrutura hídrica; e f) a Licença Ambiental e o Parecer do IBAMA que fez a análise do Estudo de Impacto Ambiental/RIMA do Projeto de Integração. Além desses, foram coletados dados disponíveis em documentos pela internet e dados do Portal da Transparência do Governo Federal.

O PROJETO DE TRANSPOSIÇÃO

Primeiramente, é importante situar, mesmo que brevemente, a transposição do rio São Francisco¹⁶, identificando alguns dados relevantes. O projeto já fora pensado desde o final do século XIX, em virtude de grandes secas vivenciadas. Segundo Andrade¹⁷, duas tentativas de transposição aconteceram nos períodos de 1982-1985 e 1993-1994, abortadas pela Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF) uma vez que haveria a retirada excessiva de água do rio, algo entre 300m³ e 500m³ por segundo, sendo um dos empecilhos para a realização dessa obra.

Em 1996, foi formado um grupo de trabalho¹⁸ na Câmara dos Deputados para retomar o processo de estudo acerca da transposição, liderado pelo Deputado Federal paraibano Marcondes Gadelha que, originalmente, propunha a imediata transposição, juntamente com a transferência de águas do rio do Sono, em Tocantins, caso a transposição incluísse também o Piauí, como compensação, bem como estava prevista a venda da CHESF como forma de sustentar financeiramente o empreendimento. À época, a defesa fervorosa do parlamentar paraibano era no sentido de que o gasto com a transposição se justificaria pelo alto volume de recursos federais gastos para amenizar os efeitos da seca todos os anos¹⁹. Podemos dizer que uma forte marca desse projeto foi seu “caráter salvacionista”.

Com essa tônica, o projeto foi retomado na década de 1990, reiniciando-se esse processo no âmbito do poder executivo, no governo do presidente Fernando Henrique, haja visto que ele pro-

16 O Rio São Francisco é um manancial que passa pelos estados de Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe, possuindo 2.863 km, representa 2/3 da água doce do nordeste, passa por 22 terras indígenas, passando também por 5 comunidades remanescentes quilombolas, e possuindo no seu entorno 33 unidades de conservação (sendo 15 de uso sustentável e 18 de proteção integral) (Brasil, 2009).

17 Andrade, 2002.

18 Idem.

19 Idem.

15 A partir daqui adotaremos a forma reduzida “transposição do São Francisco”, como é popularmente conhecida, para fazer referência ao nome oficial do mencionado projeto.

pôs uma política nacional de recursos hídricos. Como parte dessa institucionalização, foram estruturados órgãos responsáveis pela gestão dessa política, que seguia uma lógica de compartilhamento entre governo e sociedade²⁰. Segundo Lima²¹, o processo de transposição estava previsto nos programas de governo dos três principais candidatos nas eleições de 2002 (Lula, Serra e Ciro). No campo do discurso político, parecia uma medida consensual. Os opositores ao projeto lançaram argumentos fundados principalmente na questão ambiental, como chave de compreensão dos danos e dos conflitos²² que esse megaprojeto pode trazer ao meio ambiente, prejudicando o rio e aqueles que necessitam para viver e reproduzir seu modo de vida. Na verdade, os defensores também incorporaram elementos ambientalizados, num nítido processo de ambientalização do discurso²³, na medida em que disseminam a possibilidade de conciliar desenvolvimento econômico e proteção da natureza.

Em junho de 2003, foi constituído um Grupo de Trabalho Interministerial, coordenado pela Vice-Presidência da República, o qual deu origem ao Plano São Francisco. Esse grupo elaborou o Plano São Francisco, composto dos seguintes programas, projetos e ações: Programa de Revitalização da Bacia do Rio São Francisco - PRSF; Projetos de Integração de Bacias Hidrográficas - PIBH; Projetos de Armazenamento e Distribuição de Águas - PROAD; Ações localizadas de infra-estrutura hídrica; Ações na área de gestão dos recursos hídricos. Na verdade a revitalização não estava prevista no projeto original de transposição, uma vez que havia sido instituído em 2001 através de um decreto²⁴ assinado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso.

A execução do projeto de transposição encontra-se na área do Polígono das Secas, sendo que o Nordeste Setentrional (parte do Semiárido ao norte do rio São Francisco) é a área que, segundo o projeto, mais sofre os efeitos de secas prolongadas, abrangendo parcialmente os Estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte, sendo um argumento forte no convencimento acerca da pertinência da obra, pois ela é baseada na promessa de acabar com esse sofrimento, uma vez que haverá água disponível, numa perspectiva salvacionista.

No Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) de 2004, esse projeto é intitulado "Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional" e considerado oficialmente como projeto de infra-estrutura hídrica. Serão dois sistemas independentes, compostos por dois eixos, eixo norte e eixo leste, que captarão água no rio São Francisco entre as barragens de Sobradinho e Itaparica, no Estado de Pernambuco (Vide mapa 1). O projeto também prevê canais, estações de bombeamento de água, pequenos reservatórios e usinas hidrelétrica para auto-suprimento. Esses sistemas atenderão às necessidades de abastecimento de municípios do semiárido, do agreste pernambucano e da região metropolitana de Fortaleza. Assim descreve o RIMA²⁵ sobre a finalidade da obra e alguns detalhes técnicos:

"Para beneficiar a região mais seca do País, a captação de água do São Francisco será de cerca de 3,5% da vazão disponível. Em outras palavras, dos 1.850 m³/s de água do rio São Francisco, 63,5% m³/s serão retirados. Desse volume, 42,4 m³/s serão destinados às bacias do Jaguaribe, Apodi,, Piranhas-Açu e Paraíba, e 21,1 m³/s, ao Estado de Pernambuco, que compartilha a bacia do São Francisco".

Segundo o discurso oficial, os objetivos do projeto de transposição do Rio São Francisco são os seguintes²⁶, cujos questionamentos fazem parte da inquietação do autor do presente artigo: "aumentar a oferta de água" (para quem? e para quê?), "com garantia de atendimento ao semiárido": "fornecer água de forma complementar para açudes da região" (quem são os donos? quem controlará a gestão?), viabilizando a melhor gestão da água (para quem?)²⁷; e "reduzir as diferenças regionais causadas pela oferta desigual da água entre bacias e populações". Compromete-se a resolver o problema de 12 milhões de pessoas²⁸. O papel do RIMA, e que foi incorporado pelos agentes públicos do governo, principalmente o executor da obra (Ministério da Integração Nacional - MIN), foi apresentar uma lógica do "benefício que suplanta os danos e conflitos" causados pela obra, ou seja, impactos existem porém é possível mitigar seus efeitos por meio de soluções que a modernidade oferece, dentro de uma perspectiva salvacionista que vários governos tem utilizado para projetos na região semi-árida.

Entretanto, quando se analisa o RIMA isoladamente pode-se incorrer no equívoco de simplificar a abrangência dos efeitos da obra. É preciso ter um olhar mais holístico e, ao mesmo tempo, analítico para perceber que existe uma distância entre o que o governo apresenta como sendo a finalidade dessa intervenção planejada (PISF) e o que verdadeiramente se propõe. Por exemplo, bastando verificar o que está exposto no Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido (PDSA)²⁹, no Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semiárido³⁰, no Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste³¹, chegando-se à conclusão de que o PISF, em conjunto com o PRSF, é uma estratégia de "uso racional dos recursos", inserida numa perspectiva modernizante³², de modo a alimentar a expansão da lógica vigente de desenvolvimento econômico, baseado na expansão dos mercados emergentes, que se utilizam de intervenções planejadas como essa como estratégia.

PLANO BÁSICO AMBIENTAL E PROGRAMA DE REVITALIZAÇÃO: DINÂMICAS DE INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO AMBIENTAL EM MEGAPROJETOS HÍDRICOS

O objeto do presente estudo é analisar como é incorporada a questão ambiental em megaprojetos hídricos, tendo como estudo

20 Lima, 2009.

21 Idem.

22 Acsegrad, Mello y Bezerra, 2009.

23 Lopes, 2006.

24 Decreto n.º 3.833 publicado em 05 de junho de 2001.

25 Brasil, 2004, 2.

26 Brasil, 2004.

27 Essas perguntas são feitas, mas não temos as respostas, elas tem efeito mais provocativo, reflexivo, e nos ajuda a pensar sobre os paradoxos dessa obra.

28 Brasil, 2004.

29 Brasil, 2005.

30 Brasil, 2009.

31 Brasil, 2011.

32 Giddens, 1991.

de caso a transposição (PISF), buscando compreender a que serve essa incorporação, ou seja, se ela segue um sentido de pressuposto da integração de bacias, de meio para consecução de um projeto de desenvolvimento econômico ou como legitimador do discurso oficial ou do discurso dos movimentos sociais. A dinâmica de incorporação da questão ambiental em relação ao PISF pode ser dividida em dois conjuntos de ações: o Plano Básico Ambiental e o Programa de Revitalização do São Francisco.

Inicialmente, Segundo Andrade, a questão ambiental foi inserida no processo de transposição com graves omissões³³. O consórcio *Jaakko Poyry-Tahal* foi responsável pelo primeiro estudo governamental acerca dos impactos socioambientais da obra de transposição do São Francisco na década de 1990. Entretanto, a autora acima aponta que a consultoria realizou um estudo incompleto que acabou escondendo os impactos socioambientais da obra, inclusive realizadas em outros países e tomadas como exemplos para o Brasil. Sendo assim, nesse trabalho citado, estão elencadas algumas obras de transposição que tiveram impactos negativos sobre as populações envolvidas e o ambiente natural.

No PISF, além do programa de revitalização³⁴, também tem outras ações ambientais previstas em conjunto com as obras, ou seja, 38 programas que fazem parte do Plano (ou projeto) Básico Ambiental (PBA), um conjunto de medidas mitigadoras dos impactos sociais e ambientais oriundos da execução da obra de transposição. O PBA é formado por 36 Programas Ambientais, contando ainda com mais dois que estão sendo analisados pelo IBAMA³⁵, executados no âmbito da obra do PISF, sob supervisão do Ministério da Integração Nacional, que não tem atribuições ambientais. Para subsidiar a etapa de LI (Licença de Instalação), o empreendedor elabora o Plano Básico Ambiental (PBA) que detalha as ações necessárias para a minimização dos impactos negativos e maximização dos impactos positivos, identificados uma vez finalizada a elaboração do EIA (Estudo de Impacto Ambiental)³⁶. O PBA faz parte do processo administrativo de licenciamento de obras que tenham impacto no meio ambiente. Aqui o IBAMA chama de plano que, na verdade, é o Projeto Básico Ambiental mencionado pelo MIN.

Dessa forma, os PBAs são agrupados segundo sua finalidade. O Programa de Apoio à Obra tem como finalidade conceder a estrutura necessária para desenvolvimento das atividades da obra, disseminando entre os trabalhadores instrumentos que visam tornar a obra ambientalmente correta. Esse conjunto de ações deve cuidar para que a construção transcorra respeitando a natureza,

³³ Andrade, 2002.

³⁴ Faz parte do Programa de Revitalização de Bacias Hidrográficas. Tem por objetivo recuperar, conservar e preservar as bacias hidrográficas em situação de vulnerabilidade ambiental, por meio de ações permanentes e integradas que promovam o uso sustentável dos recursos naturais, a melhoria das condições socioambientais e a melhoria da disponibilidade de água em quantidade e qualidade para os diversos usos. (informação disponibilizada no site do MMA - <http://www.mma.gov.br/index.php/agua/bacias-hidrograficas>). Ele tem relação com a transposição, mas é um conjunto de ações não desenvolvidas pelo Programa de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (PISF), sendo um programa específico, que o Estado decidiu realizar após a pressão de setores da sociedade.

³⁵ Informações coletadas no site do Ministério da Integração Nacional. <http://www.mi.gov.br/pt/apresentacao9>.

³⁶ <http://www.ibama.gov.br/licenciamento-ambiental/processo-de-licenciamento>.

de modo que o próprio fazer da obra seja ambientalmente correto. O Programa Compensatório é formado por projetos que têm como escopo a recomposição dos prejuízos, realizando atividades de reconstituição da fauna e da flora, bem como beneficiando a comunidade atingida pelos impactos da obra. O Programa de Controle e Monitoramento é formado por um conjunto de projetos que possui em sua essência a necessidade de acompanhar mais detalhadamente os resultados dos projetos que estão sendo executados, bem como exercer a regulação de fatores diversos relacionados ao desenvolvimento a contento dos projetos³⁷.

Ficaram estabelecidas no RIMA³⁸ as bases para o plano básico ambiental e para a revitalização, de forma genérica, sem apontar especificamente o que será realizado. Mesmo assim, segundo esse documento, revitalização deve ser considerada de modo amplo: recuperação ambiental de áreas degradadas, ao longo da bacia do São Francisco³⁹; preservação de ecossistemas da bacia relevantes e pouco degradados; promoção do desenvolvimento sociocultural das populações que aí vivem, baseado essencialmente em ações de conscientização, na linha da educação ambiental, indenização de desapropriações e incentivos diversos, no âmbito dos programas governamentais, às comunidades atingidas pela obra, o que parece funcionar como desmobilizador de resistências à obra.

REVITALIZAÇÃO

Revitalização assume em outros contextos um sentido de renovação, recuperação, higienização, mas que implica na expulsão (às vezes violenta) de uma parcela das pessoas que vivem nas áreas que serão revitalizadas, num processo que se chama de "gentrificação", que se traduz numa resposta específica a uma conjuntura histórica de desindustrialização, degradação e consequente desinvestimento em áreas urbanas⁴⁰, esse é um dos usos. Não se está querendo dizer que no caso da "revitalização" do São Francisco o sentido seja o mesmo, apenas apresentando-se o caráter multifacetário da expressão "revitalização". Numa perspectiva problematizadora do planejamento urbano⁴¹, a "revitalização" serve a um sentido estratégico, assim como renovação, reabilitação ou requalificação dominam os debates e tornam-se sinônimos de modernidade e desenvolvimento. Na revitalização do São Francisco seria diferente? Segundo Ferreira⁴², o sentido de revitalização "liga-se a um processo de indução de grande transformação das áreas históricas centrais em que a recuperação econômica é o objetivo principal".

Ao que parece a revitalização assume um sentido de "melhoria das condições de vida" e de "retorno à vida", como se não houvesse vida anteriormente ao conjunto de ações, ou pelo menos a vida necessária ao desenvolvimento econômico⁴³, procurando passar um significado positivo nesse processo de mudança

³⁷ Brasil, 2004.

³⁸ Brasil, 2004, 19.

³⁹ Vide nota 15.

⁴⁰ Turrado, 2012. Hirata, 2010.

⁴¹ Ferreira, 2012. Hirata, 2010.

⁴² Ferreira, 2012, 24.

⁴³ Hirata, 2010.

e recuperação. No que se refere à revitalização do São Francisco, ela foi uma das dinâmicas de incorporação da questão ambiental no PISF e lembra esses significados adotados no planejamento urbano. Por exemplo, a concepção de revitalização institucionalizada para o PISF, através do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do São Francisco (PRSF), sob responsabilidade do Ministério do Meio Ambiente, tem relação com despoluição, conservação de solos, convivência com a seca, reflorestamento e recomposição de matas ciliares, gestão e monitoramento, gestão integrada dos resíduos sólidos, educação ambiental e unidades de conservação e preservação da biodiversidade⁴⁴.

A transposição desse rio veio acompanhada de um processo de disputa simbólica entre os seus defensores e opositores, os quais encontraram no discurso ambiental um arauto da defesa de seus argumentos, numa postura de "ecologização do projeto estatal". Os defensores da obra fundamentam sua postura na importância da água para a sobrevivência e o desenvolvimento de regiões do semiárido brasileiro, afirmando que a única possibilidade seria transpor as águas do São Francisco, numa verdadeira conduta salvacionista, corriqueira nessa região, e que é possível conciliar o desenvolvimento trazido pelas águas com a proteção ambiental, adotando instrumentos de desenvolvimento sustentável, desde que se faça a revitalização do rio, mesmo que simultânea com a transposição; e os que são contra, sustentam-se, principalmente, na defesa da existência de sérios riscos ao meio ambiente, causando danos irreparáveis à natureza, sendo necessária a revitalização do rio antes de transpô-lo, sendo possível encontrar os mais radicais que são contra a transposição e aqueles que são favoráveis desde que aconteça a revitalização⁴⁵.

Outros argumentos contrários à transposição dão conta de uma crítica à eficiência da obra quanto ao atendimento de seus objetivos, que acabam tendo relação com argumentações ambientais, não solucionando os efeitos da seca em si, pois trata-se, na verdade, de uma grande obra de infraestrutura hídrica, de alto valor, e que o problema está na gestão das águas⁴⁶, que poderia ser resolvido com soluções mais baratas⁴⁷, não compensando os prejuízos ambientais causados, uma vez que grande parte da população não teria acesso à água prometida, configurando uma situação de injustiça ambiental⁴⁸, bem como os ecossistemas sofreriam a interferência de espécies não nativas, em virtude dos canais, além da salinização das águas e uso exclusivamente econômico para produção no agronegócio⁴⁹.

É importante frisar que a revitalização é encarada de forma diferente quando analisamos o que é o discurso de lideranças como Dom Cappio⁵⁰, e o discurso do governo através dos seus planos, planejamentos e ações⁵¹. Dom Cappio revela, de um lado, um conjunto de diferenças e conflitos à beira do rio, como a des-

truição do rio, dos seus peixes e a miséria dos ribeirinhos. De outro, o governo apresenta a solução, através da possibilidade de recuperar, recompor, renovar, sem abrir mão de um projeto que trará desenvolvimento econômico e modernidade para a região semiárida nordestina, livrando essa região do atraso, através da irrigação, do agronegócio, da navegação, do abastecimento de cidades de médio e grande porte, não faltando água para o processo de industrialização.

Portanto, diante disso, seriam duas noções de revitalização, uma "revitalização ecológica", voltada para a recuperação do rio e manutenção de uma dinâmica de subsistência, e outra que seria a "revitalização econômica", sendo um conjunto de ações de renovação do rio, possibilitando um manejo ou uso racional dos recursos. Essa visão oficial do governo deve-se à tônica contraditória da política ambiental brasileira, na qual alguns atores enxergam o meio ambiente como obstáculo ao desenvolvimento, mas buscam incorporar um discurso ambiental modernizador, que tem se aproximado de um modelo de modernização ecológica⁵², na perspectiva de mudanças institucionais necessárias em países industrializados do Ocidente para superar a crise ecológica⁵³, defendendo uma reconfiguração da economia capitalista, de modo a tornar compatível desenvolvimento econômico e proteção ambiental⁵⁴. Isso pode ser visualizado com mais frequência na pressão crescente pela construção de grandes represas para geração de energia, como Belo Monte e as do São Francisco, e as mega extrações de minérios da Amazônia⁵⁵.

Quando se analisa os números da execução orçamentária do programa, verifica-se que 65,4% dos recursos aplicados entre 2005 e 2013 foram alocados em rubricas relacionadas com saneamento⁵⁶, seguido de ações que visam à recuperação das margens do rio (com 15,33%⁵⁷ dos recursos aplicados). Ações como mudanças nas atividades econômicas, reestruturação da pesca para torná-la mais sustentável, democratização do acesso aos recursos hídricos e ações para resolver conflitos ambientais não aparecem nas ações elencadas nos gastos presentes no Portal da Transparência. Por estes dados, percebe-se a ênfase sobre estratégias de modernização ecológica em detrimento de outras que se enquadrariam numa estratégia de desenvolvimento sustentável ou socioambientalista.

52 Silva, 2014.

53 Spaargaren e Mol, 1995.

54 Dryzek, 1997.

55 Leroy et al., 2011.

56 Implantação, Ampliação ou Melhoria de Sistemas Públicos de Coleta, Tratamento e Destinação Final de Resíduos Sólidos em Municípios das Bacias do São Francisco e Parnaíba; Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Campo Formoso - no Estado da Bahia; Implantação, Ampliação ou Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios das Bacias do São Francisco e Parnaíba.

57 Monitoramento da Qualidade da Água na Bacia do Rio São Francisco; Disseminação de Boas Práticas de Conservação, Uso e Manejo Sustentáveis da Água; Reflorestamento de Nascentes, Margens e Áreas Degradadas do São Francisco; Apoio a Projetos de Controle da Poluição por Resíduos em Bacias Hidrográficas com Vulnerabilidade Ambiental; Disseminação de Boas Práticas de Conservação, Uso e Manejo Sustentáveis da Água; Recuperação e Controle de Processos Erosivos na Bacia do Rio São Francisco; Obras de Revitalização e Recuperação do Rio São Francisco; Recuperação e Preservação da Bacia do Rio São Francisco; Recuperação e Controle de Processos Erosivos em Municípios das Bacias do São Francisco e do Parnaíba; Recuperação e Preservação da Bacia do Rio São Francisco.

44 Brasil, 2001.

45 Lopes, 2004 y 2006. Silva, 2014.

46 WWF, 2007.

47 Andrade, 2002, Malvezzi, 2007.

48 Acsegrad, Mello y Bezerra, 2009.

49 Pagano, 2012.

50 Bispo da Diocese de Barra, no Estado da Bahia, que se insurgiu contra a transposição e a revitalização da forma como estava sendo posta pelo governo federal (Batista Júnior, 2006).

51 Brasil, 2004, 2006, 2009. Coelho, 2007.

O debate que se trava entre governo, empresários, produtores rurais, agricultores familiares, empresas hidrelétricas, Ministério Público, Judiciários, Igreja, associações, organizações não-governamentais sintetiza uma espécie de dicotomização entre mudança da região, que passaria a ser uma espécie de "oásis", com diversas plantações irrigadas, e de outro lado a possibilidade de aumento das injustiças, beneficiando-se uma pequena parcela da população.

Outra contradição encontra-se entre a transposição e a revitalização, pois no debate institucional do governo verifica-se a presença muito forte da transposição como responsável pela salvação da população da região dos efeitos da estiagem prolongada, chegando até a quantificar 12 milhões de pessoas⁵⁸ como beneficiadas, atestando a transposição como alternativa de desenvolvimento econômico, referindo-se como uma das "apostas"⁵⁹ para o desenvolvimento da região. A população ribeirinha, por exemplo, atesta que o rio está morrendo⁶⁰. Mesmo assim, esse argumento das populações é invisibilizado diante de outros interesses que ressignificam o sentido de natureza⁶¹. Sobressaem-se dois significados sobre a incorporação de sentidos aqui chamados de questão ambiental (que pode ser a natureza encarada como recurso natural, ou outro elemento relacionado): um que considera a natureza (espaço verde com seus vegetais e animais) em si, ou seja, a natureza teria um valor em si mesmo, e outro que enxerga como centralidade dessa questão ambiental o "uso racional dos recursos"⁶², na verdade, a natureza se transforma em recurso na perspectiva capitalista, a questão é como fazê-lo durar mais.

Essa "ambientalização dos conflitos" significa justamente a apropriação de modo diferenciado do meio ambiente⁶³, questões ambientais, ambas encaradas como construídas numa dinâmica de mudança da sociedade, podendo-se, certamente, verificar isso entre grupos sociais distintos, como os empresários, os camponeses, os pescadores, os trabalhadores industriais, os índios, os ribeirinhos, os ambientalistas, entre outros grupos; que não se constrói apenas através do um discurso, mas da configuração de um campo ambiental em constante construção⁶⁴. Sendo assim, podem ser visualizados dois modelos de desenvolvimento, um pautado no crescimento econômico, outro baseado numa ecologia mais política, problematizando o processo de participação dos destinatários da obra na formulação de uma política pública, ou seja, numa ação do Estado em busca de sanar o desequilíbrio hídrico. Mas uma questão a ser constatada é justamente quem efetivamente se beneficiará e/ou se prejudicará? O discurso ambientalista, em sua grande medida, pode assumir feição de hegemonia no sentido de ressignificar o desenvolvimento econômico, que passa a ser "sustentável", nesse caso poderia estar legitimando um discurso hegemônico do desenvolvimento econômico; ou ser contra hegemônico admitindo que é preciso uma mudança no sistema econômico que está posto, pois seria impossível falarmos em sustentabilidade num contexto capitalista.

58 Brasil, 2004. Brasil, 2009.

59 Brasil, 2005.

60 Andrade, 2002. Batista Júnior, 2006.

61 Sarmento, 2006. Gerhardt y Almeida, 2005.

62 Gerhardt y Almeida, 2005.

63 Lopes, 2004, 2006.

64 Gerhardt y Almeida, 2005.

Sendo assim, como resposta à pressão de grupos ambientalistas, à Igreja, aos ribeirinhos, aos Estados doadores da água (Sergipe, Alagoas, Minas e Bahia) e outros setores da sociedade, o programa de revitalização foi uma das formas de incorporar argumentos ambientalizados ao PISF. A transposição não começou tendo uma problemática ambiental como condicionante e não estava baseada numa ampla discussão acerca dos impactos ambientais, mas essa questão transformou-se numa arena política na qual atuaram (e atuam) diversos grupos de pressão da região semiárida, atores sociais diversos (artistas, igreja, associações, ONGs, entre outros) que incorporam a problemática ambiental, que chamamos de uma questão ambiental construída por visões e sentidos⁶⁵.

OUTRAS CONSIDERAÇÕES ACERCA DA INSERÇÃO DO MEIO AMBIENTE NO PROJETO DE TRANSPOSIÇÃO

O meio ambiente é inserido posteriormente como elemento muito mais de legitimação do que condicionante dos projetos de transposição e revitalização. Segundo Rocha⁶⁶, o processo de reconhecimento do meio ambiente como questão relevante em si passa pela disputa entre diversas compreensões acerca da sustentabilidade, dentre as quais podemos destacar:

- 1) A primeira compreensão é de que os problemas relacionados ao meio ambiente são, antes de tudo, ecológicos, sendo assim, a ameaça fundamental consta nos danos aos quais as ações dos homens submetem a terra: patrimônio e base de sua existência presente e futura. Portanto, a sustentabilidade a ser procurada é a ecológica, numa tendência "protecionista" ou "conservacionista", mais ortodoxa ou dura, ou voltada para ecologia profunda, que confere à natureza um valor em si mesma⁶⁷.
- 2) Um segundo posicionamento não analisa a questão ambiental como isolada da questão social, a sustentabilidade não se coloca apenas em termos ecológicos, mas também sociais, pois justifica-se que não haveria resposta aos problemas ambientais sem tratamento dos problemas sociais; para essa outra tendência a natureza apartada do homem não teria valor em si, mas que este valor origina-se da própria existência dos homens e dos usos que dela eles fazem⁶⁸.

Em certa medida, pode-se analisar que o projeto de transposição passa por uma compreensão de que a sustentabilidade não pode ser vista apenas pelo prisma da natureza endogênica, ou seja a vegetação e os animais devem ser preservados acima de tudo, mas considerando que o social é condição para que essa proteção ocorra. Nesse modelo, confunde-se "crescimento" com "desenvolvimento". Entretanto, o projeto de revitalização não se constituía numa prioridade do governo ou "oficial" antes do

65 Silva, 2014.

66 Rocha, 2011, 15.

67 Ferry, 2009.

68 Gerhardt, 2008.

projeto de transposição das águas do “Velho Chico”, como é conhecido localmente o rio São Francisco.

Ao que parece, o processo de revitalização seria devolver ao ecossistema, formado pelo rio, um formato assemelhado ao que se tinha antes, sendo um conjunto de ações técnicas e soluções que garantem e reforçam as condições para a transposição, minimizando ainda mais seus impactos. Entretanto, esse processo, ao menos em termos de planos, foi ampliado e ganhou uma dimensão socioambiental⁶⁹, o que significa, a priori, uma articulação entre uma dimensão técnica e a dimensão que envolva a população atingida por essa obra de intervenção planejada, isto é, a compreensão ampliada de meio ambiente que insere os atores sociais na sua construção ou destruição.

Sendo assim, diante do que foi visto, a questão ambiental acaba incorporada como condição obrigatória no fechamento do sentido de um projeto de infra estrutura hídrica que leva ao desenvolvimento. Assim é encarado o projeto de transposição do Rio São Francisco, uma vez que possui um caráter de redenção de um povo, modificação ou transformação de uma suposta situação de atraso.

Mapa 1. Canais que estão sendo construídos



Fonte: Brasil, 2004.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão ambiental acaba “servindo a dois senhores” ao mesmo tempo. Há uma verdadeira diferenciação da questão am-

⁶⁹ Essa dimensão plural da questão ambiental, cunhada como socioambientalismo, é uma vertente do processo de institucionalização da questão ambiental, pensada a partir da necessidade pós-moderna de se incorporar a dimensão social numa questão que parecia ser estritamente técnica, direcionada a abordagem das ciências naturais e jamais sob a abordagem das ciências humanas. No Brasil surge a partir da segunda metade da década de 1980, tendo como ponto de partida a articulação entre movimentos ambientalistas (crescentes internacionalmente) e os movimentos sociais (Santilli, 2005).

biental repousando na “sustentabilidade”, que parece ser uma terminologia isenta de qualquer contradição, sem outros significados que não seja a preservação ambiental. Dessa forma a sustentabilidade é incorporada com diversos significados nos projetos do semiárido. A questão ambiental é incorporada pelo PISF e pelo PRSF de modo diferenciado, assumindo diversos sentidos, dos quais elencamos os seguintes:

1) Legitimação: a questão ambiental acaba fazendo parte da constituição de projetos, sendo elemento legitimador das pressões de grupos na sociedade, ou mesmo do próprio governo, parecendo um “terreno” fértil para discursos “apaixonados” pela natureza. Na falta de algo novo, a sustentabilidade acaba sendo a novidade.

2) Condicionante do desenvolvimento: a sustentabilidade ambiental é inserida em projetos de infra estrutura hídrica como condição expressa e inegociável da implantação do projeto. Esses projetos teriam como finalidade viabilizar projetos de desenvolvimento para as regiões beneficiadas.

3) Paradoxal: trata-se de uma visão de desenvolvimento ambiental muito focada na cisão entre o meio ambiente humano e o meio ambiente da natureza, parecendo algo contraditório.

Algumas categorias de regulação são empregadas nas estratégias ambientais do PISF, dentre elas podemos elencar: “gestão, controle ambiental, controle social, proteção, manejo e recuperação”. Sendo assim, essas categorias podem ser explicadas: “gestão” prende-se à possibilidade de instituir instrumentos de gerenciamento eficazes, que aliem preservação ambiental à continuidade do desenvolvimento econômico; o “controle ambiental” volta-se à possibilidade de exercer regulação sobre processos bióticos, danosos ou não; o controle social volta-se a uma perspectiva de regulação no contexto de preservação ambiental; a proteção cuida de buscar, igualmente, instrumentos de conservação ambiental; o manejo liga-se ao entendimento de que é preciso usar os recursos de modo racional, isto é, empregando técnicas que tenham foco na eficiência do uso desses recursos, aliando preservação ambiental e desenvolvimento econômico; a recuperação lança a perspectiva de minimização dos prejuízos, ou seja, há a consciência de que eles ocorrem, mas a tecnologia poderá recuperar o que foi danificado, mesmo sabendo-se que não se pode recuperar, tanto coisas tangíveis, como o desaparecimento de peixes e o fato do rio não chegar mais até a beira das casas das pessoas, como intangíveis, que afetam a vida e a subjetividade delas (a amizade que se desfaz por conta da migração de companheiros que viviam da pesca; o apego à terra e as recordações e lembranças daqueles que, nas regiões irrigadas, foram expulsos pela especulação imobiliária e pela grilagem; o fato de não poder contemplar mais a beleza do Velho Chico de sua casa).

Desse modo, a questão ambiental configura-se como uma nova fonte de legitimação e de argumentação dos conflitos, como afirma Lopes⁷⁰, acabando por permear o campo jurídico, educacional e as empresas. Parece que tal processo de ambientalização traz consigo uma sorte de diferenciações. Os movimentos ambientais acabam agindo conforme certos interesses, muitas vezes

⁷⁰ Lopes, 2006.

conciliando os de preservação com interesses tipicamente capitalistas. A presença dessas categorias faz com que se possa compreender esse projeto inserido numa perspectiva de Modernização Ecológica⁷¹, a qual indica a possibilidade de reagir ou superar a crise ecológica sem deixar de usar as instituições da modernidade, sem abandonar os padrões de modernidade.

Cabe investigar o lugar institucional do meio ambiente nesses projetos ditos de desenvolvimento, sabendo que espaço institucional inevitavelmente envolve práticas e saberes, relacionando ambos a aspectos fundamentalmente políticos que associam estratégias de luta entre grupos e classes sociais constitutivas do conjunto de relações institucionais que se deseja investigar. Sendo assim, outra questão aparece: de que forma o saber ambiental instala-se na construção de projetos de políticas públicas?

Não se pode desconsiderar, ao que parece, a formação de um campo ambiental como sendo um espaço em constante movimento, tendo como marca uma dinâmica de (re) configuração de novos espaços, sub-campos que constituem campos mais amplos. Sendo assim, as diversas representações do meio ambiente apontam para uma institucionalização diferenciada, considerando o meio ambiente como uma construção social, historicamente datada e portadora de representações frequentemente inseridas num campo de força, no qual interagem diferentes grupos sociais.

Forja-se um discurso ambientalista, num processo de institucionalização de estratégias de perpetuação do capitalismo. Entretanto, trata-se de um discurso mutante, pois evoca representações diferenciadas, visões de mundo diferentes. Além disso, pensar a questão ambiental relaciona-se diretamente com a apresentação de lutas entre diferentes práticas e formas sociais de apropriação, uso e controle do território.

O projeto de transposição do Rio São Francisco aparece no debate político como sendo a redenção de um povo, a obra fundamental para que o “atraso” nordestino seja superado. Há uma nítida divisão entre o “atraso” e o “progresso”, uma tentativa de inaugurar “novos tempos” no semiárido. É considerado oficialmente um plano audacioso que está sendo articulado a partir de projetos que visam entrecortar múltiplos saberes, num processo que é classificado como uma reeducação com novas bases, o que poderia ser chamado de sustentabilidade socioambiental, que seria um desenvolvimento com bases que limitam o excesso, mas que leva em consideração as relações sociais num diálogo mais amplo⁷². Essa é a posição oficial. Entretanto, há dúvidas se verdadeiramente o projeto significa uma mudança de concepção e de percepção do semiárido.

Por fim, o meio ambiente, entretanto, surge como elemento de referência para o planejamento das políticas públicas, sendo interessante perceber como este é colocado a serviço da necessidade e dos interesses específicos, expressando conflitos e disputas. O espaço destinado à questão ambiental foi secundarizado, o processo de institucionalização erigiu-a ao posto de “prioridade”, figurando nesse campo atores em diferentes posições e portadores de capital simbólico, servindo-se do meio ambiente como

elemento de distinção. Variados interesses fazem com que o meio ambiente seja expresso de forma diferenciada.

Sendo assim, propomos um quadro analítico que caracterize essa dinâmica entre transposição e revitalização e incorporação da questão ambiental, aqui classificada como “ecologização”, em três pontos:

- 1) Houve um processo de “ambientalização” dos discursos acerca da integração do São Francisco, tanto por parte do governo e seus atores envolvidos com a transposição, como pela sociedade, movimentos sociais, ambientalistas, lideranças. O governo acabou incorporando a questão ambiental como elemento da transposição, adotando um discurso ambientalista, na medida em que considerava a revitalização prioritária. Entretanto, para o governo, a revitalização não se restringe apenas à recuperação ou conservação do rio e seus afluentes, mas como um conjunto de ações estruturantes para um projeto de desenvolvimento do semiárido, encarando ainda como um elemento pacificador e de legitimação. A estratégia do governo foi não se opor à revitalização, mas desenhar um modelo que parece não ser aquele proposto pelas organizações não governamentais, ou pelo Bispo Cappio e seus seguidores, é uma revitalização para a transposição, enquanto esses últimos clamavam por uma revitalização para “salvar o rio”, num discurso mais ecológico e socioambiental, entendendo, por exemplo, que a revitalização deveria anteceder o processo de integração de bacias. As evidências apresentadas levam a crer que há uma “revitalização econômica” e uma “revitalização ecológica”.
- 2) Outra questão muito presente no programa de revitalização diz respeito a como ele tem sido encarado pelo governo, basicamente com fundamento na “gestão racional de recursos”, como processo instrumentalizador da integração. É possível afirmar que o discurso ambientalista é um elemento de modernização, o que parece está muito presente no programa de revitalização de bacias hidrográficas coordenado pelo MMA. E isso fica claro a partir do uso da gestão como caminho para recuperação e preservação do São Francisco, como o solucionador dos problemas ambientais existentes, parece que se está deixando de lado a complexidade presente na questão ambiental que, atualmente, não é vista apenas do ângulo estritamente ecológico, mas socioambiental, da sustentabilidade, da convivência, da justiça ambiental e da modernização ecológica. Daí o governo não apresenta evidência(s) que esteja encarando com veracidade essa complexidade, enquanto no texto dos projetos, do RIMA, do licenciamento, do parecer do IBAMA, das Ações do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do São Francisco, há uma profusão de detalhes que resultam em necessidades para a população do entorno da obra e do ecossistema; entretanto, os dados orçamentários apontam que há uma baixa execução dos recursos públicos disponibilizados para a revitalização.

⁷¹ Lenzi, 2006.

⁷² Brasil, 2004. Brasil, 2005. Posição repetida em diversos PABs.

lização; além disso, a dotação orçamentária existente não é destinada em sua maior parte para as ações que resultem na recuperação e conservação do rio. Para se ter uma ideia, verificou-se que são destinados pouquíssimos recursos para contenção do processo de erosão nas margens do rio quando comparado com o volume de recursos que foram destinados ao saneamento, por exemplo⁷³.

- 3) A revitalização auxilia na compreensão de como o Estado tem incorporado os múltiplos sentidos ambientais, alguns mais, outros menos, mas o discurso gravita entre a modernização ecológica e o desenvolvimento sustentável. E agora surge outra leitura ambientalizada, a “convivência”, e essa última apresenta uma forma diferenciada de enxergar as agruras do sertão propondo ações adaptadas à realidade local. Claro que a pressão dos movimentos sociais “ambientalizados” e aqueles “ambientalistas” conseguiram inserir nesses projetos a relação da natureza com a sociedade, adotando-se uma linha socioambiental. A questão ambiental assume representações múltiplas na sociedade. Especialmente no Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias do Nordeste Setentrional assume um papel de “mudança institucional”, dando uma “roupagem nova” ao “discurso antigo” de promoção do desenvolvimento, só que agora ele é regionalizado e globalizado, é possível aliar desenvolvimento e proteção ambiental. Há um processo de “ecologização dos projetos estatais”, que incorpora elementos que provocam um “engajamento institucional”, uma motivação psicológica para reforçar uma “mudança” sem abrir mão da modernidade.

REFERÊNCIAS

- Acseirad, H.; Mello, C. C. A. e Bezerra, G. das N. 2009: *O que é Justiça Ambiental*. Rio de Janeiro, Garamond.
- Alier, J. M. 2007: *O Ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valorização*. São Paulo, Contexto.
- Andrade, R. 2002: *Da transposição das águas do rio São Francisco à revitalização da bacia: as várias visões de um rio. 'Águas para a vida! Assim gritam as vozes que vivem na bacia do Velho Chico*. Fórum Permanente de Defesa do São Francisco - International Rivers Network - Coalizão Rios Vivos (disponível em: http://www.internationalrivers.org/files/attached-files/final_document_sao_fran2da.pdf, acesso em: 13/10/2014).
- Batista Júnior, Paulo Nogueira. O São Francisco, a razão e a loucura: entrevista de Dom Luiz Flávio Cappio, 2006, *Estud. Av.*, São Paulo, 20, 56, Apr. 2009, available http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=s0103-40142006000100018&Ing=en&nr=iso. Access on 09 Feb. 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-40142006000100018>.
- Brasil, 2000: *Lei n.º 9.985, de 18 de julho de 2000 (Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza)*. Brasília (disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm).
- Brasil, Câmara dos Deputados, 2001: *Decreto n.º 3.833, de 5 de Junho de 2001*, em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2001/decreto-3833-5-junho-2001-323469-norma-pe.html>.
- Brasil, IBAMA, 2005: *Parecer técnico do IBAMA. Análise do EIA/RIMA do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional*. Brasília, em http://www.integracao.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=e185f619-68a7-451a-b86d-53c08c93997c&groupId=66920.
- Brasil, Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, 2005: *Licença Prévia n.º 200/2005*. Brasília, IBAMA.
- Brasil, Ministério da Integração Nacional, 2004: *Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional. Relatório de Impacto Ambiental - RIMA*. Disponível em http://www.integracao.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=ceeff01f-6440-45da-859b-9acd1bfa87cf&groupId=66920 (Acesso em 12/10/2014).
- Brasil, Ministério da Integração Nacional, 2005: *Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Semi-Árido*. Brasília, MIN.
- Brasil, Ministério da Integração Nacional, 2005: *Projetos Básicos Ambientais*. Disponível em <http://www.integracao.gov.br/saofrancisco/pba/programas.asp> (acesso em: 22/07/2011).
- Brasil, Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Programas Regionais, 2009: *CONVIVER. Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido*. Brasília, SPR.
- Brasil, Ministério da Integração Nacional, 2011: *Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste*. Recife.
- Brasil, Ministério do Meio Ambiente, 2006: *Plano de Ações Estratégicas e Integradas para o Desenvolvimento do Turismo Sustentável na Bacia do Rio São Francisco*. Brasília, MMA.
- Brasil, Ministério do Meio Ambiente, 2009: *Ações de revitalização na bacia hidrográfica do rio São Francisco*. Brasília, MMA.
- Brasil, Ministério do Meio Ambiente, 2012: *Programa de Revitalização da Bacia do rio São Francisco*, disponível em http://www.mma.gov.br/estruturas/PRSF/_arquivos/diag.pdf, acesso em 02/12/2012.
- Brasil, Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, 2011: *Plano regional de desenvolvimento do nordeste*. Recife: SUDENE.
- Coelho, M. C. N e Cunha, L. H. 2007: “Reflexões sobre o futuro dos assentados e das populações quilombolas em áreas de mineração da Amazônia oriental” em Coelho, M. C. N. e Monteiro, M. (orgs.): *Mineração e reestruturação espacial da Amazônia*. Belém, NAEA/UFPA.
- Dryzek, John S. 1997: *The Politics of the Earth: Environmental Discourses*. Oxford, Oxford University Press.
- Dupuy, J. P. 1980: *Introdução à crítica da ecologia política*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- Ferreira, Á. 2012: “O porto e o bonde no início do século XX e no início do século XXI: novas exclusões?”, in *Simpósio Internacional Globalización, innovación, construcción de redes técnicas urbanas en América y Europa, 1890-1930*. Universidad de Barcelona, Facultad de Geografía e Historia, 23-26 de enero (em http://www.ub.edu/geocrit/Simposio/cAFerreira_OPorto.pdf)
- Ferreira, L. da C. 2000: “Indicadores político-institucionais de sustentabilidade: criando e acomodando demandas públicas”, in *Ambiente & Sociedade*, 6/7, 15-30.
- Ferreira, L. da C. 2003: *A questão ambiental: sustentabilidade e políticas públicas no Brasil*. São Paulo, Boitempo.
- Ferry, L. 2009: *A nova ordem ecológica*. Rio de Janeiro, Difel.
- Gerhardt, C. H. 2008: “Pesquisadores, populações locais e áreas protegidas”, tese de Doutorado, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

73 Silva, 2014.

- Gerhardt, C. H. y Almeida, J. 2005: "A dialética dos campos sociais na interpretação da problemática ambiental: uma análise crítica a partir de diferentes leituras sobre os problemas ambientais", em *Ambiente & Sociedade*, VIII, 2.
- Giddens, A. 1991: *As conseqüências da modernidade*. São Paulo, Editora da UNESP.
- Hirata, F. 2010: "A luta pela moradia em São Paulo", dissertação Mestrado em Ciência Política, UNICAMP, Campinas.
- Leis, H. R. 1999: *A modernidade insustentável*. Petrópolis, UFSC.
- Lenzi, C. L. 2006: *Sociologia ambiental: risco e sustentabilidade na modernidade*. Bauru, São Paulo, Edusc.
- Leroy, J. P.; Acsehrad, H.; Mello, C. C. do A. y Malerba, J. 2011: *Projeto avaliação de equidade ambiental como instrumento de democratização dos procedimentos de avaliação de impacto de projetos de desenvolvimento*. Rio de Janeiro, FASE - ETERN, IPPUR/UFRJ.
- Lima, M. H. C. C. de A. 2009: *Transposição do São Francisco: conflitos e articulações*. Encontro Anual da Anpocs. GT4, Conflitos ambientais, processos de territorialização e identidades sociais.
- Lopes, J. S. Leite (coord.), 2004: *A ambientalização dos conflitos sociais: participação e controle público da poluição industrial*. Rio de Janeiro, Relume Dumará.
- Lopes, J. S. Leite, 2006: "Sobre processos de 'ambientalização' dos conflitos e sobre dilemas da participação", em *Horizontes Antropológicos*, 25, Porto Alegre, 31-64.
- Malvezzi, R. 2007: *Semi-árido. Uma visão holística*. Brasília, CONFEA.
- Pádua, J. A. 2009: "Um país e seis biomas: Ferramenta conceitual para o desenvolvimento sustentável e a educação ambiental", em Pádua, J. A. (Org.): *Desenvolvimento, Justiça e Meio Ambiente*. Belo Horizonte, UFMG, y São Paulo, Peirópolis, 118-150.
- Pagano, L. M. Palma, 2012: "Políticas públicas de *poverty alleviation* e a transposição do rio São Francisco: A Quem Serve a Transposição do Rio São Francisco?", dissertação de mestrado, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cruz das Almas.
- Porto-Gonçalves, C. W. 2006: *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro, Civilização brasileira.
- Rocha, J. M. da, 2011: *Sustentabilidade em questão: economia, sociedade e meio ambiente*. Jundiaí, Paco e Littera editorial.
- Santilli, J. 2005: *Socioambientalismo e novos direitos: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural*. São Paulo, Peirópolis, IIEB-ISA.
- Sarmento, Francisco Jácome, 2006: "A integração do São Francisco: verdade e mito", *Revista USP*, 70 Jun/Ago.
- Silva, J. I. A. Oliveira, 2010: "A 'institucionalização' da questão ambiental", in Farias, T., Coutinho, F. S. da Nóbrega (coords.): *Direito Ambiental. O meio ambiente e os desafios da contemporaneidade*. Belo Horizonte, Fórum, 87-113.
- Silva, J. I. A. Oliveira, 2014: "A 'institucionalização' da questão ambiental no Brasil: modernização ecológica e gestão racional de recursos nos projetos de transposição e revitalização do rio São Francisco", Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande.
- Spaargaren, G. e Mol, A. P. J. 1995: *Sociologia, Meio Ambiente e Modernidade: Modernização Ecológica: uma teoria de mudança social*. Ilhéus, editora da UESC.
- Turrado, V. 2012: "Racionalidade, resistência e especulação no espaço urbano: a política de regularização fundiária no Brasil (Rio de Janeiro) e na Argentina (Buenos Aires)", tese de doutorado, UFRJ, Rio de Janeiro.
- World Wildlife Fund. Pipedreams? Interbasin water transfers and water shortages, 2007, disponível em http://www.wwf.or.jp/activities/lib/pdf/pipedreams_27_june_2007_1.pdf. Acesso em 1 de dezembro de 2012.